

# insurgência

revista de direitos e movimentos sociais

## dossiê “direitos de crianças, adolescentes e jovens”

v. 9, n. 2 (2023)

IPMS

INSTITUTO DE PESQUISA, DIREITOS  
E MOVIMENTOS SOCIAIS



PPGDH  
UnB



# insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais

Volume 9, Número 2, Julho-Dezembro de 2023

ISSN 2447-6684

---

Publicação semestral do Instituto de Pesquisa Direito e Movimentos Sociais (IPDMS)  
e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB)

---

## EDITOR RESPONSÁVEL

Alexandre Bernardino Costa (Universidade de Brasília)

## COORDENAÇÃO EDITORIAL DESTE NÚMERO

Leonardo Evaristo Teixeira e Guilherme Cavicchioli Uchimura  
(Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais)

## COMISSÃO EDITORIAL

Diogo Justino (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Guilherme Cavicchioli Uchimura (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), Gustavo Seferian (Universidade Federal de Minas Gerais), José Jaime Freitas de Macedo (Universidade Federal do Vale do São Francisco), Júlia Carla Duarte Cavalcante (Universidade Federal de Pernambuco), Leonardo Evaristo Teixeira (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), Luzimar Barreto de França Junior (Universidade do Oeste Paulista e Universidade do Estado de São Paulo), Mariana de Freitas Barros Souza (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense), Moisés Alves Soares (Universidade Federal de Jataí) e Talita de Fátima Pereira Furtado Montezuma (Universidade Federal Rural do Semiárido)

## COMISSÃO ORGANIZADORA DO DOSSIÊ

### "DIREITOS DE CRIANÇAS, ADOLESCENTES E JOVENS"

Assis da Costa Oliveira, Ana Radig Denne Lobão Morais e Eder Fernandes Santana

## CONSELHO CIENTÍFICO

Alexandre Bernardino Costa (Universidade de Brasília), Alfredo Wagner Berno de Almeida (Universidade do Estado do Amazonas), Ana Ester Ceceña (Universidad Nacional Autónoma de México), Ana Lúcia Pereira (Universidade Federal do Tocantins), Antonio Salamanca Serrano (Instituto de Altos Estudios Nacionales, Equador), Breno Marques Bringel (Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Instituto de Estudos Sociais e Políticos), Carlos Frederico Mares de Souza Filho (Pontifícia Universidade Católica do Paraná) Conceição Paludo (Universidade de Pelotas, Brasil), David Sanchez Rubio (Universidad de Sevilla), Enrique Dussel (Universidad Autónoma de la Ciudad de México), George Andrew Meszaros (University of Warwick), Jesús Antonio de la Torre Rangel (Universidad Autónoma de Aguascalientes), Joaquim Shiraishi Neto (Universidade Federal do Maranhão), José Geraldo de Sousa Júnior (Universidade de Brasília), Maria Tereza Sierra (CIESAS), Norman José Solórzano Alfaro (Universidad Nacional, Costa Rica), Rachel Henriette Sieder (Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, México), Raquel Maria Rigotto (Universidade Federal do Ceará), Regina Facchini (Unicamp, Brasil) e Rita Laura Segato (Universidade de Brasília)

## PROJETO GRÁFICO

Anna Carolina Murata Galeb e Guilherme Cavicchioli Uchimura

## CAPA

Sem-terrinhas do Acampamento Maria Rosa do Contestado, Castro (PR), 31 de julho de 2021, elaboram em movimento e ciranda seus registros durante atividade de planejamento popular com o PLANTEAR/UFPR. Diagramação de Guilherme Cavicchioli Uchimura sobre fotografia de autoria da professora de educação infantil e pesquisadora da infância Ana Luisa Manfredini Araujo.

## EDITORIAÇÃO

Diana Carolina Caicedo Peñata, Guilherme Cavicchioli Uchimura, Júlia Carla Duarte Cavalcante e Leonardo Evaristo Teixeira

### **CORPO DE PARECERISTAS**

Ana Luisa Leão de Aquino Barreto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Ana Radig Denne Lobão Morais (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), Anna Carolina Murata Galeb (Universidade Federal Fluminense), Bruna Martins Costa (Universidade de Brasília), Ciani Sueli das Neves (Universidade Federal de Pernambuco), Diana Carolina Caicedo Peñata (Universidad Autónoma de San Luis Potosí-México), Diogo Pinheiro Justino de Souza (Universidad Nacional de Tres de Febrero-Argentina), Eder Fernandes Santana (Universidade Federal de Minas Gerais), Emannuela Gava Caciatori (Centro Universitário Leonardo da Vinci), Felipe de Araújo Chersoni (Universidade do Extremo Sul Catarinense), Guilherme Cavicchioli Uchimura (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), Gustavo Seferian (Universidade Federal de Minas Gerais), Helga Maria Martins de Paula (Universidade Federal de Jataí), Isabella Cristina Lunelli (Universidade Federal de Santa Catarina), Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos (Universidade Federal da Bahia), José Jaime Macedo (Universidade Federal do Vale do São Francisco), Leonardo Evaristo Teixeira (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), Luiz Otávio Ribas (Instituto de Pesquisa, Direitos e Movimentos Sociais), Marco Alexandre Souza Serra (Centro Universitário Ingá), Mariana de Freitas Barros Souza (Universidade Federal Fluminense), Mariana Prandini Assis (Universidade Federal de Goiás), Moisés Alves Soares (Universidade Federal de Jataí), Nayara Rodrigues Medrado (Universidade Federal de Minas Gerais e Universidade Federal de Juiz de Fora), Pádua Fernandes (Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado), Phillipe Cupertino Salloum e Silva (Universidade Federal de Jataí), Priscylla Joca (Universidade de Montreal-Canadá), Ricardo Prestes Pazello (Universidade Federal do Paraná), Thaís Henriques Dias (Universidade Federal Fluminense), Urânia Flores da Cruz Freitas (Universidade de Brasília)

### **PARECERISTAS AD HOC**

Allan Alves da Mata Ribeiro (Universidade Federal Rural de Pernambuco), Ana Paula Cruz Penante Nunes (Universidade de Brasília), Ana Paula Martins Hupp (Universidade Federal do Paraná), César Augusto Baldi (Núcleo de Estudos para Paz e Direitos Humanos, Universidade de Brasília), Cibele Noronha de Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Daniele Marques Vieira (Universidade Federal do Paraná), Enzo Bello (Universidade Federal Fluminense), Evaristo Emigdio Colmán Duarte (Universidade Estadual de Londrina), Fábio Accardo de Freitas (Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social), Geralda Magella de Faria Rossetto (Universidade Federal de Santa Catarina), Igo Zany Nunes Correa (Universidade Federal de Minas Gerais e Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região), Isabella Madruga da Cunha (Universidade Federal do Paraná), Italo de Oliveira Guedes (Universidade Federal do Rio Grande do Norte), Jaqueline Bertoldo (Universidade Federal do Paraná), Jêdivam Maria da Conceição Silva (Universidade Federal Rural de Pernambuco), João Victor Collita (Universidade Humboldt de Berlin), Josiane Rose Petry Veronese (Universidade Federal de Santa Catarina), Lígia Ziggioffi de Oliveira (Universidade Federal do Paraná), Marcelo de Mello Vieira (Tribunal de Justiça de Minas Gerais), Marina Marques de Sá Souza (Universidade Federal de Santa Catarina), Milene Maria Xavier Veloso (Universidade Federal do Pará), Natali Galeano Guzmán (Universidad Autónoma de Zacatecas-México), Paula Talita Cozero (Universidade Federal do Paraná), Rosane Portella Wolff (Universidade Federal de Santa Catarina), Suellen Patrícia Moura (Universidade Federal do Paraná)



# insurgência

InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais | v. 9 | n. 2 | jul./dez. 2023 | Brasília | PPGDH/UnB | IPDMS  
ISSN 2447-6684

Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons 4.0.  
Este trabajo es licenciado bajo una Licencia Creative Commons 4.0.  
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0.

# Sumário

## Apresentação

Apresentação do dossiê "Direitos de crianças, adolescentes e jovens" .....	9
Comissão Organizadora do Dossiê (Assis da Costa Oliveira, Ana Radig Denne Lobão Morais e Eder Fernandes Santana)	

## Diálogos InSURgentes

O abraçar de uma luta: entrevista com Irmã Henriqueta Cavalcante ....	17
Entrevista concedida por Irmã Henriqueta Cavalcante a Assis da Costa Oliveira, Ana Radig Denne Lobão Morais e Eder Fernandes Santana.	

Um debate sobre segurança pública e segurança nacional na Constituinte de 1987-1988: entrevista com o constituinte José Genoíno .....	33
Entrevista concedida por José Genoíno a Leonardo Evaristo Teixeira	

## Dossiê "Direitos de crianças, adolescentes e jovens"

Hijos del Estado: protección, memorias y justicia restaurativa en Colombia .....	67
Diana Carolina Caicedo Peñata e Blanca Susana Vega Martínez	

Colonialidade, infâncias e juventudes .....	89
Assis da Costa Oliveira	

Pode a criança falar? Subalternização da infância e violação de direitos infantis .....	115
Isabela Fernanda Azevedo Silveira	

Infâncias plurais e promoção de saúde mental de crianças .....	141
Luiza de Fátima dos Santos de Alencastro e Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos	

A política pública de creches no Brasil: lutas e resistências em busca da efetivação dos direitos humanos da primeira infância .....	167
Sheila Stolz e Luiza Nogueira Souza	

Oitiva de indígenas crianças vítimas ou testemunhas de violência: escuta especializada e depoimento especial .....	187
Ana Radig Denne Lobão Morais	

O menino que não pôde voltar para casa: crianças migrantes venezuelanas em Roraima – RR .....	205
Julia Lucia Helena Lauriola, Luciana Hartmann e Soraya Fleischer	

O impacto do neoconservadorismo para a população LGBTQIA+ nas escolas .....	227
Ana Karolina Matias Emydio, Cristiane Westrupp, Fernanda da Silva Lima e Lucas Machado Fagundes	
O projetivo e o manifestante: políticas para a adolescência e juventude na encruzilhada .....	245
Yliah Cavalcanti Sardinha e Maria Cristina Gonçalves Vicentin	
A hipervulnerabilidade de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais de terreiro no Brasil: evidências de discriminação sistemática .....	271
Joyce Kaynara Silva Gomes	
Vítimas “invisíveis”: impactos da pandemia Covid-19 para as crianças, adolescentes e jovens indígenas Guarani e Kaiowá .....	293
Rosely Aparecida Stefanos Pacheco, Gilmar Rio e Isabela Stefanos Pacheco	
A prática de se acolher crianças e adolescentes no Brasil .....	315
Mayra Silveira; Josiane Rose Petry Veronese	
A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil à luz da Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades .....	345
Paulo Cezar Dias, César Augusto Luiz Leonardo e Heitor Moreira de Oliveira	
Jovens-mulheres-negras-pobres e proteção social no Brasil: reflexões interseccionais sobre os serviços de acolhimento institucional .....	373
Géssica Campos Lopes	
Violações de direitos no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade .....	391
Nara Fernandes Lúcio, Ilana Lemos de Paiva e Gabriel Miranda	
Crianças e adolescentes e a pobreza multidimensional no Brasil: o sinal de alerta para a fraternidade.....	415
Geralda Magella de Faria Rosseto e Josiane Rose Petry Veronese	
Sistema de justiça, colonialidade e necropolítica: os paradoxos no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes .....	441
Davi Rafael Silva Veras	
Por uma visão global da alienação parental no Direito brasileiro .....	465
Marcelo de Mello Vieira e Marina Carneiro Matos Sillmann	

## **Em Defesa da Pesquisa**

El humanismo y lo universal modulado en el pensamiento de Leopoldo Zea .....	499
David Sánchez Rubio	
Acumulação de direitos de água no setor energético-mineiro no México: uma leitura de justiça hídrica .....	527
Daniel Jacobo-Marín	

El derecho a la salud y a los medicamentos en las narrativas universalistas de los derechos humanos y de cara a la realidad de la Lex Mercatoria ..... 555  
Israel Biel Portero, Diana Isabel Molina Rodríguez e Julián Alejandro Naranjo Erazo

Política Criminal e Eleições Municipais: reflexões a partir das campanhas à prefeitura de Salvador em 2016 e 2020 ..... 587  
Ana Luisa Leão de Aquino Barreto e Vinícius de Assis Romão

Reorientação e continuidades da militarização da questão agrária no Brasil ..... 609  
Felipe Hermeto de Almeida

## **Temas Geradores**

¿Dónde quedan los derechos de las juventudes indígenas? ..... 643  
Assis da Costa Oliveira

Frank Hinklamert: notas bio e bibliográficas ..... 657  
Celso Luiz Ludwig

## **Poéticas Políticas**

Uma carta chega a seu destinatário ..... 669  
Eder Fernandes Santana

Manifiesto por las mamás de la primera línea ..... 675  
Diana Isabel Molina Rodríguez

Compartir, acercarse, estornudar: cartas a mi hijo sobre las injusticias, el estallido social y la pandemia en Colombia ..... 681  
Diana Isabel Molina Rodríguez

O menino na roda ..... 689  
Edinei Gonçalves Garzedin

## **Caderno de Retorno**

Resenha do livro: “Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural” ..... 695  
Marcia Guedes Vieira

## Práxis de Libertação

Práxis de Libertação do dossiê "Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens" ..... 703

**1** Emendas Populares (1987)

**2** Relatório Final da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil (2002)

**3** Projeto de Lei no. 4530/2004 – Plano Nacional de Juventude (2004)

**4** Relatório Final do Encontro Nacional de Juventude Negra (2007)

**5** Relatório do Seminário Nacional de Juventude Indígena (2009)

**6** Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes (2011)

# **Apresentação do dossiê “Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens”**

Assis da Costa Oliveira, Ana Radig Denne Lobão  
Morais e Eder Fernandes Santana

Configuram-se no Brasil, desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, dois ramos autônomos do Direito, inicialmente o Direito de Crianças e Adolescentes, e mais recentemente o Direito das Juventudes, que já contam com leis de envergadura, tendo como centro do sistema o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei no. 8.069/1990) e o Estatuto da Juventude (Lei no. 12.852/2013), aos quais se somam outras normas internacionais e nacionais de direitos humanos, como a Convenção dos Direitos da Criança e a Convenção Iberoamericana dos Direitos do Jovem, o Sistema Nacional Socioeducativo, o Marco Legal da Primeira Infância, o Sistema Nacional de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência e o Sistema Nacional da Juventude, entre outros. A formulação de uma doutrina que considere a especificidade desses ramos do Direito e sua leitura sistemática é ainda uma questão em aberto, sobretudo no campo juvenil.

Apesar das mudanças normativas advindas com o paradigma constitucional da proteção integral de crianças, adolescentes e jovens, a realidade social deste segmento da população e de suas políticas públicas ainda é marcada por violações de direitos e condições adversas de acesso às políticas públicas, além das relações de poder em âmbito familiar e comunitário. Isto se acirrou ainda mais com a emergência da pandemia da Covid-19. Desde os ambientes familiares e a educação que considere esses sujeitos como sujeitos de conhecimento, ao invés de objetos de controle e exploração, inclusive sexual; à atuação de Conselhos Tutelares diante de situações envolvendo, por exemplo, a gravidez na infância e na adolescência; ao viés penalista e punitivista da atuação do corpo policial com a juventude negra e na interpretação do ato infracional e das medidas socioeducativas; à atuação centralizadora do Poder Judiciário; à ausência ou dificuldade na circulação de outras narrativas, como as de povos e comunidades tradicionais, para pluralizar as concepções culturais sobre os sujeitos e as formas de atendimento de seus direitos. Enfim, são variadas e prementes as situações em que os Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens são chamados a pensar ou a repensar as relações sociais, as práticas institucionais e a própria normativa, tendo em vista a abertura ou não das relações à escuta participativa e democrática dos sujeitos de direitos crianças, adolescentes e jovens.

À luz dessas questões, apresentamos o dossiê da Revista InSURgência (v. 9, n. 2, jul./dez. 2023), com o fim de apresentar discussões das condições de acesso,

materialização e disputa política dos direitos de crianças, adolescentes e jovens. O dossiê tem caráter interdisciplinar e objetiva entender tais sujeitos em uma perspectiva interseccional, isto é, com análises que relacionam geração/idade com raça, etnia, classe, gênero, sexualidade, migração, pessoa com deficiência e/ou religião.

A quantidade enorme de trabalhos recebidos para o dossiê é sinal da importância das questões que permeiam as diferentes atuações com os sujeitos crianças, adolescentes e jovens. Do difícil trabalho de avaliações e seleção dos artigos, dezoito compõem o dossiê, com diferentes perspectivas críticas, diálogos e interseções teóricas. Ressalta aos ouvidos as perspectivas decolonial, interseccional e que evidenciam aspectos pouco debatidos das estruturas de poder incidentes sobre crianças e adolescentes.

Antes mesmo de apresentar os trabalhos do dossiê, a seção que o antecede, *Diálogos InSURgentes*, é constituída de duas entrevistas. A primeira é realizada pela organização deste dossiê e intitula-se “O abraçar de uma luta: entrevista com Irmã Henriqueta Cavalcante”, cuja entrevistada conta sobre sua atuação na zona leste de São Paulo e, posteriormente, no arquipélago do Marajó-PA, sobretudo no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. A segunda entrevista realizada por Leonardo Evaristo Teixeira entrevista o então deputado constituinte pelo Partido dos Trabalhadores José Genoíno, com o título “Um debate sobre segurança pública e segurança nacional na Constituinte de 1987-1988: entrevista com o constituinte José Genoíno”.

Já propriamente na seção *Dossiê*, a palavra inicial é dada por Diana Carolina Caicedo Peñata e Blanca Susana Vega Martínez, com o artigo “Hijos del Estado: protección, memorias y justicia restaurativa en Colombia”, o qual, a partir de narrativas de jovens afrodescendentes e indígenas integrantes a Instituciones de Protección del Instituto Colombiano de Bienestar Familiar da cidade de Cali (Colômbia), pensa possibilidades de reparação de experiências de abandono. Assis da Costa Oliveira toma a palavra e apresenta o artigo “Colonialidade, infâncias e juventudes”, para apresentar uma leitura das implicações da colonialidade do poder nas condições de vida e de direitos de crianças e jovens, numa interseção entre raça, gênero, classe e geração, e delimitar os conceitos de decolonialidade e interculturalidade e a contribuição dessas ferramentas para a reconfiguração das condições de vida e dos direitos de crianças e jovens. Na sequência, e em diálogo com o artigo anterior, está Isabela Fernanda Azevedo Silveira com o artigo “Pode a criança falar? Subalternização da infância e violação de direitos infantis, propõe, a partir de teorias do reconhecimento e da sociologia da infância, pensar a validação do discurso e o desrespeito aos direitos de crianças, a partir da patologização de especificidades dessa etapa de vida”.

Luiza de Fátima dos Santos de Alencastro e Silvia Renata Magalhães Lordello Borba Santos apresentam, no artigo “Infâncias Plurais e Promoção de Saúde Mental de Crianças”, o tema da promoção da saúde mental de crianças, relacionado à necessidade de reconhecimento do brincar e das experiências culturais, propondo uma práxis de respeito às dimensões da diversidade e da pluralidade. O reconhecimento constitucional do direito, afeto tanto à primeira infância quanto a mulheres/mães, à creche é analisado por Sheila Stolz e Luiza Nogueira Souza no artigo “A política de creches no Brasil: lutas e resistências em busca da efetivação dos direitos humanos da primeira infância”. As autoras destacam as contribuições de movimentos feministas para a ampliação desse direito e para a inauguração da doutrina da proteção integral.

Ana Radig Denne Lobão Morais toma a palavra para debater, no importante artigo “Oitiva de indígenas crianças vítimas ou testemunhas de violência: escuta especializada e depoimento especial”, a Doutrina da Proteção Plural, em sua conformação à diversidade étnica e cultural, como a perspectiva adequada para o manejo, garantia e efetivação de direitos de indígenas crianças e a contribuição para a proteção de vítimas ou testemunhas contra a revitimização em procedimentos de escuta especializada e depoimento especial. E o faz indicando características da violência contra indígenas crianças e apresentando as diretrizes do Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense com Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência e o Manual de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes Pertencentes a Povos e Comunidades Tradicionais.

Com o artigo “O menino que não pôde voltar para casa: crianças migrantes venezuelanas em Roraima-RR”, Julia Lucia Helena Lauriola, Luciana Hartmann e Soraya Fleischer trazem a discussão a respeito das experiências migratórias de crianças, a partir de um infante venezuelano desacompanhado e impedido de retornar ao país de origem em razão do fechamento de fronteiras na pandemia de Covid-19. Evidenciam questões fundamentais na garantia e da violação de direitos de crianças migrantes. A realidade das implicações da cisheteronormatividade nas escolas sobre corpos de crianças e adolescentes é trazida no trabalho “O impacto do neoconservadorismo para a população LGBTQIA+ nas escolas”, de Ana Karolina Matias Emydio, Cristiane Westrupp, Fernanda da Silva Lima e Lucas Machado Fagundes.

Yliah Cavalcanti Sardinha e Maria Cristina Gonçalves Vicentin vêm, com o artigo “O projetivo e o manifestante: políticas para a adolescência e juventude na encruzilhada”, fazer pensar, quanto à abordagem com jovens em cumprimento de medidas de meio aberto, sobre a necessidade de ultrapassar a lógica projetiva para uma perspectiva decolonial com a noção de encruzilhada como espaço para o “manifestante”.

A hipervulnerabilidade de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais de terreiro é destacada no artigo “A hipervulnerabilidade de crianças e adolescentes de comunidades tradicionais de terreiro no Brasil: evidências de discriminação sistemática”, de Joyce Kaynara Silva Gomes, a partir dos casos de Araçatuba (2020), Campinas (2021) e João Pessoa (2019). Tanto a vulnerabilidade etária quanto a pertença a grupos minoritários dessas crianças quanto a limitação de poder familiar das mães adeptas às religiões de matriz africana são evidenciadas no trabalho, com as dimensões raciais e sociais envolvidas. Rosely Aparecida Stefanos Pacheco, Gilmar Rio e Isabela Stefanos Pacheco, no artigo “Vítimas ‘invisíveis’: impactos da pandemia de Covid-19 para as crianças, adolescentes e jovens indígenas Guarani e Kaiowá”, objetivaram demonstrar o impacto causado pela pandemia de covid-19 nas comunidades indígenas Guarani e Kaiowá do Estado do Mato Grosso do Sul e evidenciar o descaso do Estado brasileiro com a proteção integral de indígenas crianças e adolescentes.

A necessidade de se determinar um correto procedimento para o acolhimento de crianças e adolescentes com trajetória de rua, a partir da Resolução N° 425, do CNJ, é o importante debate apresentado por Paulo Cezar Dias, César Augusto Luiz Leonardo e Heitor Moreira de Oliveira, no artigo “A institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil à luz da Política Nacional de Atenção a Pessoas em situação de Rua e suas interseccionalidades”, denunciando ser uma questão ainda vista sob a perspectiva da segurança pública. Em “A prática de se acolher crianças e adolescentes no Brasil”, Mayra Silveira e Josiane Rose Petry Veronese apresentam debate acerca da medida de proteção que retira criança e adolescente do ambiente familiar, na tentativa de contornar a medida de acolhimento institucional sob a Doutrina da Proteção Integral. A proximidade das realidades da medida socioeducativa de internação e o Sistema Penitenciário é uma evidência abordada no artigo apresentado por Nara Fernandes Lúcio, Ilana Lemos de Paiva e Gabriel Miranda no artigo “Violações de direitos no processo socioeducativo de adolescentes em privação de liberdade”. Os autores trazem ao debate a necessidade de superação do modelo de privação de liberdade e a necessária compreensão da garantia de direitos humanos. A importância das privações de direitos como consequência do não acesso à internet por crianças e adolescentes é apresentada por Geralda Magella de Faria Rosseto e Josiane Rose Petry Veronese no artigo “Crianças e adolescentes e a pobreza multidimensional no Brasil: o sinal de alerta para a fraternidade”. Baseada em estudo da UNICEF intitulado “As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil”, de 2023, a pesquisa aponta que 6 a cada 10 crianças padecem de pobreza multidimensional como um desafio para a fraternidade.

O bloco final foi de discussões acerca do sistema de justiça e da sistematização normativa relativa ao desconjurado tema da alienação parental. Com o artigo “Sistema de justiça, colonialidade e necropolítica: os paradoxos no enfrentamento

à violência sexual contra crianças e adolescentes”, Davi Rafael Silva Veras, com as categorias da decolonialidade, biopolítica, necropolítica e interseccionalidade, traz ao debate os paradoxos, a estrutura tradicional e os excessos da intervenção do sistema de justiça no enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes. Marcelo de Mello Vieira e Marina Carneiro Matos Sillman chamam a atenção para a lei de Alienação Parental, apresentando, no artigo “Por uma visão global da alienação parental no direito brasileiro”, num diálogo de fontes, uma análise da legislação sobre o tema.

Ao final, ficou clara a urgência dos temas abordados, em vista da conexão com as vidas de crianças, adolescentes e jovens. A imbricação de perspectivas decoloniais, interculturais, de gênero, raça, sexo, bem como as diferentes situações emergentes da incidência de poderes sobre esses sujeitos ficou demonstrada.

Dando continuidade a esta edição, a seção *Em defesa da pesquisa* conta com cinco importantes trabalhos nacionais e internacionais. O jurista espanhol David Sánchez Rubio nos proporciona a leitura do trabalho “El humanismo y lo universal modulado en el pensamiento de Leopoldo Zea”, ao abordar algumas das principais elaborações do filósofo mexicano Leopoldo Zea em matéria de direitos humanos e de sua filosofia humanística. Já a discussão sobre direitos de água no setor energético-mineiro no México desde uma perspectiva de justiça hídrica é proporcionada por Daniel Jacobo-Marín em “Acumulação de direitos de água no setor energético-mineiro no México: uma leitura de justiça hídrica”. Israel Biel Portero, Diana Isabel Molina Rodríguez e Julián Alejandro Naranjo Erazo, por sua vez, apresentam um quadro sobre a violação do direito à saúde e de acesso aos medicamentos ante às “leis” do mercado em “El derecho a la salud y a los medicamentos en las narrativas universalistas de los derechos humanos y de cara a la realidad de la Lex Mercatoria”.

O seguinte artigo “Política Criminal e Eleições Municipais: reflexões a partir das campanhas à prefeitura de Salvador em 2016 e 2020”, de Ana Luisa Leão de Aquino Barreto e Vinícius de Assis Romão, proporciona uma leitura criminológica-crítica acerca das eleições municipais para a prefeitura de Salvador em 2016 e 2020, com o fim de direcionar o olhar do recrudescimento da questão criminal como forma de resolução dos conflitos sociais. Por fim, Felipe Hermeto de Almeida, em a “Reorientação e continuidades da militarização da questão agrária no Brasil” evidencia, nos últimos anos, a reorientação da reforma agrária e sua regularização fundiária de uma política pública, fruto das lutas sociais, à uma dimensão individual, por consequência, a militarização desta questão.

Com relação às *Poéticas políticas* contamos com quatro manifestações artísticas. A primeira é de Eder Fernandes Santana, denominada “Uma carta chega a seu destinatário”. A segunda e terceira, respectivamente, “Manifiesto por las mamás de la primera línea” e “Compartir, acercarse, estornudar: cartas a mi hijo sobre las

injusticias, el estallido social y la pandemia en Colombia”, ambas de Diana Isabel Molina Rodríguez, não só está disponível em texto, como também declamado pela autora e disponibilizado externamente no *Youtube*. Por fim, Edinei Gonçalves Garzedin finaliza a seção com o poema “O menino na roda”.

Nos *Temas geradores*, a primeira colaboração é de Assis da Costa Oliveira, em “¿Dónde quedan los derechos de las juventudes indígenas?”, que se discute a construção da categoria de jovens indígenas e dos desafios para garantir os direitos e as políticas públicas a esse grupo no Brasil, México e no Sul Global. Por fim, em homenagem ao pensamento de Franz Hinkelammert, ante sua recente perda, Celso Luiz Ludwig apresenta uma breve colaboração biográfica e bibliográfica deste importante teólogo ao pensamento latino-americano em “Franz Hinkelammert: notas bio e bibliográficas”.

Quanto ao *Caderno de retorno*, contamos com a “Resenha do livro: ‘Crianças e Adolescentes de Povos e Comunidades Tradicionais: direitos e atendimento em perspectiva intercultural’”, livro autorial de Assis da Costa Oliveira, cuja resenha foi realizada pela autora Marcia Guedes Vieira.

Finalmente, à última seção *Práxis da libertação*, disponibilizamos os históricos documentos relacionados à defesa e direitos das crianças, adolescentes e jovens, que são:

1. O documento Emendas Populares, contendo todas as proposições da sociedade civil organizada que foram direcionadas ao Congresso Nacional para propor e discutir a constitucionalização dos direitos de crianças e adolescente durante a Assembleia Constituinte, com especial atenção às Emendas Populares ns. 01 (PE0001-6, p. 7), 07 (PE00007-5, p. 10) e 96 (PE00096-2, p. 91), que foram cruciais para orientar os textos constitucionais dos artigos 227 e 228;
2. O relatório final da Pesquisa sobre Tráfico de Mulheres, Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial no Brasil, de 2002, organizado pelas docentes Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, da Universidade de Brasília, e cujo conteúdo foi crucial para fomentar e orientar os planos e as políticas públicas de enfrentamento as violações de direitos sexuais de crianças e adolescentes no Brasil;
3. A primeira versão – já houve três – do Projeto de Lei no. 4530/2004 de elaboração do Plano Nacional de Juventude, que até hoje espera para ser atualizado e aprovado no Congresso Nacional, ou deslocado para elaboração pelo Poder Executivo;
4. O relatório final do Encontro Nacional de Juventude Negra, realizado em 2007, e cujo conteúdo influenciou nas disputas pela normatização dos direitos das

juventudes no Estatuto da Juventude e em planos de governo, como o Plano Juventude Negra Viva;

5. O relatório do Seminário Nacional de Juventude Indígena, ocorrido em 2009, e que evidencia as demandas por direitos e políticas públicas, e as estratégias de organização políticas para impulsionar a participação de tais sujeitos;

6. Por último, o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, elaborado em 2011.

Neste conjunto de trabalhos e documentos, formou-se, então, um espaço de encontro de diferentes pesquisadores, pesquisadoras e militantes de movimentos populares e organizações de todo o país que proporcionaram ao dossiê e à presente edição o objetivo de reunir o debate crítico e pessoas para contribuir à formação de um pensamento crítico, especialmente, em torno dos Direitos de Crianças, Adolescentes e Jovens.

Uma proveitosa leitura a todas e todos!

Brasil, julho de 2023.

# Sobre a Comissão Organizadora

## **Assis da Costa Oliveira**

Doutor em Direito pela Universidade de Brasília. Mestre e bacharel em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Faculdade de Etnodiversidade e do Programa de Pós-Graduação em Direito e Desenvolvimento na Amazônia, ambos da UFPA. Coordenador no Gabinete da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

## **Ana Radig Denne Lobão Moraes**

Mestra em Direitos, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional pelo Centro Universitário do Estado do Pará

## **Eder Fernandes Santana**

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e servidor público do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.